

# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## Abstinência ou autonomia?

Apesar da mídia, sociedade recebeu bem a proposta

**Damares Alves e Angela Gandra Martins**

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Secretária nacional da Família

O editorial de domingo passado (12) desta Folha, "Abstinência religiosa", apresenta uma posição radicalmente oposta à fundamentação da conscientização em que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos começa a trabalhar. Não se trata nem de abstinência, muito menos adjetivada de religiosa.

Cabe a este ministério, ao qual foram confiados os temas que se referem à mulher, à família e aos direitos humanos, ouvir, levantar dados, estudar e promover políticas públicas baseadas em evidências, em consonância com o Estado democrático de Direito preconizado por nossa Constituição, buscando garantir direitos pessoais e sociais; porém, não de forma paternalista, de acordo com o espírito deste governo, mas assumindo a pessoa como autora de sua própria biografia.

Dados recentemente levantados pelo Observatório Nacional da Família alarmam qualquer cidadão com o mínimo de racionalidade ou senso comum: a idade atribuída em média para a iniciação sexual no Brasil é de 12,9 anos para meninos e 13,7 anos para meninas, e relaciona-se a comportamento de risco à saúde e a outras questões referentes ao desenvolvimento, como fumo, drogas, embriaguez, violência etc.

Paralelamente, a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e dos

Adolescentes, a quem cabe diretamente a proteção do adolescente em sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, apresentou uma série de estudos de indicadores referentes à prática sexual precoce, elencando impactos físicos, socioemocionais, econômicos etc. A pesquisa conjunta, aliada à preocupação que manifestam as famílias, exigiu-nos uma atitude positiva, que não focasse somente na prevenção direta da gravidez precoce.

O pressuposto para a ação mostrou-se evidente: sendo a sexualidade humana um fator decisivo, tanto para consolidar a própria personalidade como para promover relações saudáveis, não poderia ser ignorada como tal ou ser tomada de forma reducionista, atendo-se somente à dimensão biológica. Era preciso analisá-la em sua completude para poder estabelecer políticas públicas que realmente possam construir a convivência humana, a partir da liberdade, da responsabilidade e do respeito, o que só pode ocorrer com informação integral que englobe a afetividade constitutiva do ser humano. Quantos "eu não sabia" em termos emocionais — que não se referem somente à gravidez — levam a reações drásticas, que não são habitualmente veiculadas pela mídia?

Em se tratando de seres humanos, não se pode atuar de forma

meramente pragmática, buscando resultados imediatos, tendo em conta ainda a fragilidade e a falta de maturidade que envolve o despertar sexual diante da ostensiva manipulação utilitarista que engloba.

Em busca de respostas, encontramos programas antropológicos de alta densidade científica, que trabalham o trinômio corporeidade-afetividade-alteridade, e que apresentaram resultados eficientes como políticas públicas no Chile, no México, nos Estados Unidos, no Reino Unido e em Uganda, abrindo o espectro para não se ater somente a soluções monotemáticas — e muitas vezes ineficazes em sua totalidade.

A proposta de uma campanha sobre a educação afetiva nos pareceu um meio adequado para enfrentar a questão, trazendo conhecimento qualificado para adolescentes, pais, familiares e educadores, a partir de uma abordagem racional e relacional. De qualquer forma, por se tratar de um tema de alta sensibilidade e repercussão — não precisamente midiática, o que não tememos, mas humana —, estamos estudando com a devida prudência sua implementação para que seja efetiva.

Nesse sentido, estamos trabalhando interministerialmente para oferecer material adicional para a tomada de decisões, sem nenhum desejo de imposição, mas de informação, fomentando assim a autonomia — cujo significado se refere à capacidade de se autorregular — que merecem as famílias e adolescentes brasileiros para edificar seu projeto de vida.

No momento, adiantamos somente as qualidades do programa: científico, liberal, complementar e não confessional — bem como a boa notícia: apesar da mídia, estamos sendo muito bem recepcionados pela sociedade!

